

Proposta da Administração

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

29 de abril de 2020

Karsten

Karsten!Decor

Karsten
—Ateliê—

casa **in**

T R U S S A R D I

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO/E 2020



Proposta de Remuneração dos Administradores pag. 3



Comentários dos Administradores pag. 4



Destinação do Lucro Líquido pag. 17



Assembleia e Administração (Item 12.5 a 12.10 da IN CVM N°480 de 07/12/09)pag. 18



Remuneração dos Administradores (Item 13 da IN CVM N° 480 de 07/12/09) pag. 23



Alterações no Objeto Social e no Estatuto Social pag.38

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA A REMUNERAÇÃO DOS
ADMINISTRADORES**

A Companhia propõe, para o exercício de 2020, manter a remuneração global anual máxima dos administradores de até R\$ 10.274.947,24 (dez milhões, duzentos e setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e sete reais e vinte e quatro centavos), acrescidos dos encargos previstos em lei.

Caberá ao Conselho de Administração, conforme determinação estatutária, a atribuição das remunerações dos diretores e dos seus próprios membros.

**COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO
FINANCEIRA DA COMPANHIA
(ITEM 10 DA IN CVM Nº 480 DE 07/12/09)**

10.1. Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A administração possui diversas ações para a tomada da rentabilidade operacional da Companhia, segue abaixo principais pontos:

- Conclusão do processo de renegociação da dívida de Debêntures em 28 de junho de 2019, alterando de forma significativa o cronograma de amortização e adequando o pagamento das debêntures à previsão de geração de caixa da Companhia. O acordo prevê os pagamentos nas seguintes condições: A primeira parte, no valor de aproximadamente R\$ 232,6 milhões, será paga em (a) 95 parcelas mensais de aproximadamente R\$ 1,75 milhão, (b) uma parcela de aproximadamente R\$ 33,9 milhões em 1.460 dias; (c) parcelas adicionais correspondentes a percentual sobre EBITDA superior a valores estipulados entre as partes e (d) o saldo então ainda em aberto em 2.920 dias. Sobre essa primeira parte incidirão juros de 3,4% ao ano + TR (sobre R\$ 180,5 milhões) e 0,5% ao mês + TR (sobre R\$ 52,1 milhões). A segunda parte, no valor de aproximadamente R\$ 289,1 milhões, será tida como um bônus de adimplência no caso de a Companhia efetuar os pagamentos da primeira parte nos termos pactuados entre as partes, de forma que nada será devido pela Karsten em relação a essa segunda parcela no caso de cumprimento integral da primeira parte (item i acima). No caso de inadimplência em relação a primeira parte, então a Companhia deverá pagar essa segunda parte na data da declaração do vencimento antecipado ou em 2.920 dias, o que ocorrer primeiro. Sobre essa segunda parte não incidirá qualquer remuneração, exceto em caso de descumprimento da primeira parte, hipótese em que retornam, sobre todo o débito, os encargos previstos na escritura das Debêntures. Além das condições de amortização, garantias foram concedidas por

determinados administradores e por acionistas da Karsten, além de alguns dos imóveis da Companhia;

- Foco na gestão de caixa e redução de custos que já apresentam resultados importantes para sustentação do negócio, ainda assim sofremos com a demora da retomada da economia em todo país. A Companhia se preparou com otimismo para um ano em que a reação seria sentida já no primeiro semestre, fato que não aconteceu gerando ociosidade fabril e realinhamento de custos para minimizar os impactos da menor atividade e proteção de caixa. Vivemos ainda no primeiro semestre um impacto negativo no custo da principal matéria prima da Companhia, o algodão, algo já previsto pela Companhia;
- O fortalecimento das Marcas da Companhia junto aos Consumidores e Clientes, através de investimentos em mídia (mídias sociais, blogs, sites, TV, eventos, entre outras iniciativas) já é percebida pela Administração. Em 2019 a Companhia inaugurou duas novas lojas, uma em Cascavel (PR) e uma em Londrina (PR). Aliado a estes investimentos, melhorias implantadas em processos, tecnologia e logística, nas vendas do canal E-Commerce, estão alinhadas as ações da Companhia para ampliar a oferta de seus produtos diretamente ao consumidor final.

b) Estrutura de capital

(Em Reais Mil)		Em 31 de dezembro de					
Estrutura de Capital		2017		2018		2019	
Capital de Terceiros - circulante		484.540	150%	567.525	166%	117.609	31%
Capital de Terceiros - não circulante		46.370	14%	34.526	10%	535.799	141%
Capital próprio - patrimônio líquido		(208.188)	-65%	(260.167)	-76%	(272.598)	-72%
TOTAL		322.722	100%	341.884	100%	380.810	100%

A finalização do processo de renegociação da dívida das debêntures, finalizado em 28 de junho de 2019, altera de forma significativa a estrutura de capital da Companhia, uma vez que o montante expressivo da dívida, passa ser classificado como passivo não circulante, dando à Companhia melhores condições de investimentos e sustentação ao seu crescimento.

Na composição do valor do passivo não circulante, o valor de R\$ 289 será tido como um bônus de adimplência no caso de a Companhia efetuar os pagamentos nos termos pactuados entre as partes.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Diversas medidas adotadas pelos Administradores, tem permitido à Companhia honrar os compromissos financeiros assumidos junto a terceiros, tendo como principal a adequação do cronograma de amortização da dívida de debêntures com a conclusão da renegociação da dívida. Também destacamos a rigidez nos controles de despesas e custos fixos através da execução do orçamento base zero, visando adequar sua estrutura e controlar as despesas e custos fixos para melhoria da rentabilidade, bem como a priorização de negócios com melhores rentabilidades e menor exposição financeira.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

A demanda de capital de giro e parte dos investimentos em ativos não circulantes tem sido suprida pelo próprio caixa da operação. Investimentos em ativos imobilizados têm sido financiados pelos próprios fabricantes de equipamentos. Com a finalização da renegociação das debêntures, o mercado financeiro volta a ser uma opção importante para suportar as necessidades de investimentos da Companhia.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Eventuais deficiências de liquidez deverão ser cobertas pela utilização de linhas de crédito disponíveis no mercado, que atendam às necessidades e políticas da Companhia.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas

Os níveis de endividamento já refletem os resultados da renegociação da dívida das debêntures, que a pesar de ainda manter um elevado grau de alavancagem, apresenta um importante alongamento da dívida já contabilizado no passivo não circulante. Em relação as

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO/E 2020

demais dívidas, elas se mantem em relação ao exercício anterior, onde a Companhia vem cumprido rigorosamente com os pagamentos agendados. Para essas operações, destacam-se operações de curto e longo prazo que foram destinadas ao reforço do capital de giro (CCE), e realização de investimentos em inovação tecnológica e renovação do parque fabril (FINEP).

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nos quadros a seguir, pode-se observar a composição total dos empréstimos e financiamentos da Companhia:

(Em Reais Mil)	Consolidado		
	2017	2018	2019
Empréstimos e Financiamentos			
Em moeda nacional			
Debentures	387.117	484.643	518.293
FINEP	2.983	1.930	877
BNDES	262	145	35
EGF	5.244	0	0
Capital de giro	4.722	2.166	1.143
Em moeda estrangeira			
Forfaiting	0	0	5.853
Total geral	400.328	488.884	526.201
Circulante	396.088	486.901	28.908
Não circulante	4.240	1.983	497.293
	400.328	488.884	526.201

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não se aplica.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

As linhas de crédito destinadas a financiamentos de investimentos e capital de giro estão cobertas por garantias reais, fianças e avais. Operações de empréstimos e financiamentos das controladas contam com aval da controlada e/ou aval de diretores.

- iv. **Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limite de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Caso ocorra inadimplência no novo acordo de debêntures, a Companhia sofrerá com declaração de vencimento antecipado ou em 2.920 dias, o que ocorrer primeiro, retornando sobre todo o débito, os encargos previstos na escritura das Debêntures anterior a renegociação.

Os demais contratos de empréstimos firmados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas.

- g) **Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Não se aplica.

- h) **Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

Comparação dos resultados dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

Demonstração do Resultado do Exercício – Consolidado:

Demonstrações dos Resultados (Em milhares de Reais, exceto os percentuais)	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de									
	2017	AV %	2018	AV %	Variação 2018-2017	%	2019	AV %	Variação 2019-2018	%
Receita operacional líquida	309.776	100,0	316.639	100,0	6.863	2,2	337.310	100,0	20.671	6,5
Custo dos produtos vendidos	(186.582)	(60,2)	(180.530)	(57,0)	6.052	(3,2)	(200.891)	(59,6)	(20.361)	11,3
Lucro bruto	123.194	39,8	136.109	43,0	12.915	10,5	136.419	40,4	310	0,2
Receitas (despesas) operacionais										
Com Vendas	(72.745)	(23,5)	(79.002)	(25,0)	(6.257)	8,6	(75.339)	(22,3)	3.663	(4,6)
Gerais e Administrativas	(33.267)	(10,7)	(31.079)	(9,8)	2.188	(6,6)	(33.107)	(9,8)	(2.028)	6,5
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27.401	8,8	20.120	6,4	(7.281)	(26,6)	6.734	2,0	(13.386)	(66,5)
Lucro operacional antes do resultado financeiro	44.583	14,4	46.148	14,6	1.565	3,5	34.707	10,3	(11.441)	(24,8)
Resultado Financeiro										
Receitas financeiras	4.241	1,4	5.613	1,8	1.372	32,4	5.207	1,5	(406)	(7,2)
Despesas financeiras	(101.790)	(32,9)	(104.750)	(33,1)	(2.960)	2,9	(52.052)	(15,4)	52.698	(50,3)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(52.966)	(17,1)	(52.989)	(16,7)	(23)	0,0	(12.138)	(3,6)	40.851	(77,1)
Imposto de renda e contribuição social										
Do exercício	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Diferidos	52.441	16,9	305	0,1	(52.136)	(99,4)	(293)	(0,1)	(598)	(196,1)
Resultado líquido das operações em continuidade	(525)	(0,2)	(52.684)	(16,6)	(52.159)	9.935,0	(12.431)	(3,7)	40.253	(76,4)
Operações descontinuadas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Resultado líquido das operações descontinuadas	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(525)	(0,2)	(52.684)	(16,6)	(52.159)	9.935,0	(12.431)	(3,7)	40.253	(76,4)

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO/E 2020

Comparação das principais variações nas contas dos balanços patrimoniais consolidados em 31 de dezembro de 2017, 2018 e 2019:

Balanco Patrimonial - Consolidado

Balanco Patrimonial (em milhares de Reais, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de									
	2017	AV%	2018	AV%	Varição 2018 - 2017	%	2019	AV%	Varição 2019 - 2018	%
ATIVO										
CIRCULANTE										
Caixa e equivalentes de caixa	1.667	0,52	2.020	0,59	353	21,2	7.927	2,08	5.907	292,4
Aplicações Financeiras	3.180	0,99	5.156	1,51	-	0,0	11.214	2,94	6.058	0,0
Contas a receber de clientes	109.981	34,08	102.048	29,85	(7.933)	(7,2)	105.036	27,58	2.988	2,9
Estoques	56.909	17,63	78.694	23,02	21.785	38,3	95.009	24,95	16.315	20,7
Tributos a recuperar	5.101	1,58	5.421	1,59	320	6,3	4.872	1,28	(549)	(10,1)
Outros contas a receber	6.792	2,10	5.472	1,60	(1.320)	(19,4)	4.726	1,24	(746)	(13,6)
Total do Circulante	183.630	56,90	198.811	58,15	15.181	8,3	228.784	60,08	29.973	15,1
NÃO CIRCULANTE										
Tributos a recuperar	451	0,14	749	0,22	298	66,1	499	0,13	(250)	(33,4)
Depósitos judiciais	594	0,18	1.709	0,50	1.115	187,7	3.459	0,91	1.750	102,4
Outras contas a receber	5.068	1,57	2.085	0,61	(2.983)	(58,9)	84	0,02	(2.001)	(96,0)
Imobilizado	119.749	37,11	125.748	36,78	5.999	5,0	135.140	35,49	9.392	7,5
Ativos biológicos	164	0,05	164	0,05	-	0,0	164	0,04	-	0,0
Intangível	13.066	4,05	12.618	3,69	(448)	(3,4)	12.680	3,33	62	0,5
Total do Não Circulante	139.092	43,10	143.073	41,85	3.981	2,9	152.026	39,92	8.953	6,3
TOTAL DO ATIVO	322.722	100,00	341.884	100,00	19.162	5,9	380.810	100,00	38.926	11,4
PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO										
CIRCULANTE										
Empréstimos e financiamentos	396.088	122,73	486.901	142,42	90.813	22,9	28.908	7,59	(457.993)	(94,1)
Fornecedores	24.842	7,70	28.425	8,31	3.583	14,4	29.115	7,65	690	2,4
Obrigações sociais e trabalhistas	20.396	6,32	21.679	6,34	1.283	6,3	25.538	6,71	3.859	17,8
Impostos e contribuições a recolher	10.531	3,26	4.733	1,38	(5.798)	(55,1)	1.742	0,46	(2.991)	(63,2)
Outras contas a pagar	32.683	10,13	25.787	7,54	(6.896)	(21,1)	32.306	8,48	6.519	25,3
Total do Circulante	484.540	150,14	567.525	166,00	82.985	17,1	117.609	30,88	(449.916)	(79,3)
NÃO CIRCULANTE										
Empréstimos e financiamentos	4.240	1,31	1.983	0,58	(2.257)	(53,2)	497.293	130,59	495.310	24.977,8
Fornecedores	0	0,00	0	0,00	-	0,0	0	0,00	-	0,0
Provisão para contingências	17.742	5,50	18.157	5,31	415	2,3	19.279	5,06	1.122	6,2
Tributos diferidos	20.634	6,39	12.245	3,58	(8.389)	(40,7)	12.245	3,22	-	0,0
Outras contas a pagar	3.754	1,16	2.141	0,63	(1.613)	(43,0)	6.982	1,83	4.841	226,1
Total do Não Circulante	46.370	14,37	34.526	10,10	(11.844)	(25,5)	535.799	140,70	501.273	1.451,9
Patrimônio líquido										
Capital social	100.024	30,99	100.024	29,26	-	0,0	100.024	26,27	-	0,0
Ajustes de avaliação patrimonial	23.759	7,36	23.770	6,95	11	0,0	23.770	6,24	-	0,0
Reservas de Capital	7.832	2,43	8.526	2,49	694	0,0	8.526	2,24	-	0,0
Prejuízos acumulados	(339.803)	(105,29)	(392.487)	(114,80)	(52.684)	15,5	(404.918)	(106,33)	(12.431)	3,2
Total Patrimônio Líquido	(208.188)	(64,51)	(260.167)	(76,10)	(51.979)	25,0	(272.598)	(71,58)	(12.431)	4,8
TOTAL DO PASSIVO	322.722	100,00	341.884	100,00	19.162	5,9	380.810	100,00	38.926	11,4

10.2 Resultado operacional e financeiro

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia advém das vendas dos produtos de cama, mesa, banho e decoração.

ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não se aplica.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida total em 2019 apresentou um aumento de R\$ 20.671 mil, representando um acréscimo de 6,5%. Em 2019 priorizamos a rentabilidade dos nossos negócios, foco em negócios de maior margem, mas também avaliando novos negócios visando ocupação máxima da fábrica. Tivemos a abertura de duas novas lojas no Segmento Varejo, em Cascavel/SC e em Londrina/PR.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

O impacto da inflação aconteceu na maioria dos itens de custo de produção. As matérias primas e produtos importados sofreram com o aumento do câmbio, algo que também refletiu aos itens do mercado nacional que também tiveram aumento ao longo do ano. A empresa buscou reduzir o impacto com negociações de preços e trabalhos focados em eficiência e produtividade, minimizando com isso os impactos, principalmente no que se refere ao Algodão que sofreu reajuste importante a nível mundial.

10.3 Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações

financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica.

c. Eventos ou operações não usuais

Não se aplica.

10.4 Mudanças significativas nas práticas contábeis – Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

i. CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos: a partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por taxa de empréstimo incremental da Companhia. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

ii. ICPC 22 (IFRIC 23) Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro: Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração no CPC 32 (IAS 12) quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deve reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 (IAS 12) com base no lucro tributável

(prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação.

Ao avaliar se e como o tratamento fiscal incerto afeta a determinação de lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais, a entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

Esta interpretação é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1 de janeiro de 2019. A Companhia não teve impactos significativos nas suas Demonstrações Contábeis.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos: A companhia possui em 31/12/2019 um ativo de direito de uso no valor de R\$ 7.658 e um passivo de arrendamento no valor de R\$ 8.119.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Os pareceres dos auditores independentes não possuíram ressalvas nos períodos 2017, 2018 e 2019.

10.5. Políticas contábeis críticas

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão contemplados abaixo:

- **Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

Com o intuito de estimar os montantes de perdas estimadas na realização de créditos, a serem reconhecidos no exercício, a Administração da Companhia realiza análises de suas contas a receber, especialmente sobre os montantes vencidos, levando em consideração a composição dos saldos de contas a receber por idade de vencimento e a expectativa de recuperação.

Consequentemente, as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) são registradas quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos, de acordo com os prazos originais das contas a receber.

Dessa forma, a Companhia avaliou a necessidade de registro de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa por meio de análise individual dos clientes vencidos há mais de 30 dias, conjugado com o índice de perdas sobre as contas a receber e concluiu sobre a necessidade de registro de perda estimada de R\$ 4.640 e R\$ 4.698 nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, respectivamente.

A despesa com a constituição para as perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de vendas” na demonstração do resultado do exercício. Quando não existe expectativa de recuperação do montante registrado como perda estimada, os valores creditados na rubrica são realizados contra a baixa definitiva do título.

- **Provisão para perdas em estoque**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Administração da Companhia reavaliou as estimativas de provisão para perdas com estoques as quais eram reconhecidas em classes a razão de diversos percentuais de perda a partir de 90 dias.

Objetivando refletir a realidade da operação da Companhia e o histórico de perdas, em comparação à realização de estoques em promoção, foram adotados os critérios abaixo:

<u>Dias sem giro</u>	<u>% de provisão</u>
Menos que 180	0%
De 181 a 270 dias	30%
De 271 a 360	50%
Mais que 361 >	100%

- **Recuperabilidade (Impairment) do ativo imobilizado e do ativo intangível**

Imobilizado:

De acordo com o CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”, os itens do imobilizado, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução

do saldo contábil a seu valor de realização. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação no valor de R\$ 585.

Intangível:

Em 2019 a Companhia analisou a recuperabilidade do intangível através do método do valor em uso e as seguintes premissas foram utilizadas para a elaboração do estudo: foram definidas premissas macroeconômicas de vendas, produção, custo da empresa ou unidade de negócio que foi avaliada. A metodologia e os cálculos foram suportados por avaliadores. As projeções de vendas, custos e despesas foram mensuradas de acordo com a vida útil residual estimada dos ativos da Companhia, sendo definido quinze anos. A taxa de desconto utilizada para trazer o fluxo de caixa a valor presente foi de 10,2% a.a.

Em 31 de dezembro de 2019 a controladora não identificou nenhum fato que justificasse a necessidade efetuar o registro de uma perda estimada ao valor recuperável do intangível (impairment).

- **Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas**

A Companhia é parte em certos processos judiciais que surgem no curso normal de seus negócios e registra provisões quando a Administração, entende que existem probabilidades de perdas prováveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base no histórico de julgamento e a experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão considerando os prognósticos e informações existentes até a data-base do encerramento das demonstrações contábeis.

- **Imposto de renda e contribuição social diferidos**

Nos últimos exercícios a Companhia apresentou prejuízos contábeis e fiscais. Devido à falta de um histórico consistente e em face das expectativas atuais da Companhia sobre a sua possibilidade de geração futura de lucro tributável, não foram atendidas as condições necessárias, para constituição de imposto de renda diferido ativo sobre os referidos prejuízos

fiscais e bases negativas de contribuição social. A legislação fiscal de imposto de renda e contribuição social determina que os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social não possuem prazo de prescrição e são compensáveis, em qualquer ano, no limite de 30% do lucro tributável do exercício antes dos impostos, determinado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, ajustado conforme a legislação fiscal.

- **Gerenciamento de Riscos e Instrumentos financeiros**

A Companhia e suas controladas possuem e seguem políticas de gerenciamento de risco que orientam em relação a transações e requerem a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade e exposição das contrapartes.

Os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou manter o nível de flexibilidade financeira.

- **Incentivos Fiscais**

A Companhia goza de incentivos fiscais de ICMS auferidos nas compras e comercialização de produtos. Esses incentivos consistem em diferimento do imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) nas aquisições de produtos dentro do Estado e redução do valor a pagar sobre a apuração fiscal.

10.6 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.7 Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não se aplica.

10.8 Plano de negócios

Não se aplica.

10.9 Outros fatores com influência relevante

Não se aplica.

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO
(Anexo 9-1-II da IN CVM nº 481 17/12/09)

O Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09 não está sendo apresentada em função da apuração de prejuízo da Companhia no exercício findo em 31/12/2019.

ASSEMBLEIA E ADMINISTRAÇÃO
(ITEM 12.5 a 12.10 DA IN CVM Nº 480 DE 07/12/09)

12.5 Composição e experiência profissional da administração e conselho fiscal

Nome	Data Nascimento	Profissão	CPF	Cargo Eletivo Ocupado	Data de Eleição	Data da Posse	Prazo do Mandato	Eleito pelo Controlador	Mandatos Consecutivos
Armando Cesar Hess de Souza	04/09/1957	Administrador de Empresas	351.739.559-53	Diretor Presidente	30/04/2019	01/05/2019	abr/22	Sim	3
Márcio L. Bertoldi	23/02/1971	Advogado	745.415.959-15	Diretor Administrativo, Financeiro e de Relações com Investidores	30/04/2019	01/05/2019	abr/22	Sim	3
Alvin Rauh Neto	04/06/1964	Engenheiro Têxtil	542.590.969-15	Diretor Comercial	30/04/2019	01/05/2019	abr/22	Sim	3
Carlos Odebrecht	25/04/1942	Economista e Engenheiro Químico	005.346.929-15	Presidente do Conselho de Administração	30/04/2019	01/05/2019	abr/22	Sim	3
Rui Leopoldo Hess de Souza	12/11/1959	Engenheiro Mecânico	417.763.809-91	Vice Presidente Conselho de Administração	29/11/2019	30/11/2019	abr/22	Sim	0
João Karsten Neto	10/04/1961	Administrador de Empresas	494.072.529-49	Conselho de Administração	30/04/2019	01/05/2019	abr/22	Sim	3

i. e ii. Principais experiências profissionais e cargos de administração em outras sociedades e organizações

MÁRCIO L. BERTOLDI

Advogado. Formado em Direito pela UFSC. Especialização e Mestrado em Direito Tributário pela UFSC e USP. MBA pela Fundação Dom Cabral. É Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores da Karsten desde 2014. Atualmente, é também DRE e CFO da empresa Têxtil RenauxView S.A.

ALVIN RAUH NETO

Engenheiro Têxtil. Formado pela Faculdade de Engenharia Industrial – FEI, da Fundação de Ciência Aplicadas – FCA. Pós-Graduação em Gestão Empresarial pela Fundação Fritz

Muller- Blumenau. MBA em Marketing pela Fundação Getúlio Vargas e Especialização em Gestão de Marketing pela Fundação Dom Cabral e Kellog – USA. Trabalhou como Gerente de produção na Karsten entre os anos de 1990 e 1993. Foi Diretor Industrial na empresa Buettner e Diretor Superintendente de Unidade de Negócios na Vicunha. Retornou a empresa em 1999, onde ocupou o cargo de Diretor Industrial. Foi eleito Diretor Comercial e em 2009 assumiu a Presidência. Em 2014 voltou a assumir o cargo de Diretor Comercial.

JOÃO KARSTEN NETO

Administrador de Empresas formado pela Universidade Regional de Blumenau. Pós-Graduação em Marketing pela Colorado State University/USA. Iniciou suas atividades na Karsten no ano de 1980. Foi eleito Diretor em 1990 e Diretor Comercial em 1998, cargo que ocupou até 2006. Em 2007 foi eleito Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupou até dezembro de 2014. Por dois meses ocupou o cargo de Secretário do C.A. e a partir de fevereiro de 2015 passou a ocupar o cargo de Membro (efetivo) do C.A. Também é membro do conselho da Abit, Acib, FIESC, e do conselho Estratégico da Indústria Catarinense.

CARLOS ODEBRECHT

Economista pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná. Engenheiro Químico pela Escola Superior de Engenharia de Reutlingen/Alemanha. Iniciou suas atividades na Karsten em 1967 como Químico Têxtil. Em 1973 foi eleito Diretor Técnico, cargo que ocupou até 1990. Entre 1974 e 1998, ocupou o cargo de Diretor da Fiovale S/A Indústria e Comércio de Fios Têxteis, quando a empresa foi incorporada à Karsten S.A. Em 1990 foi eleito Diretor Vice-presidente e em 1998 Diretor Presidente, cargo que ocupou até 2006. Ocupou o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração entre 1990 e 2015, quando foi eleito Presidente do Conselho de Administração.

ARMANDO CESAR HESS DE SOUZA

Administrador de Empresas formado pela FURB. Especializações em Gestão Avançada, Gestão Estratégica e Pessoas e Relações Comerciais no Mundo Globalizado, pela Fundação

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO/E 2020

Dom Cabral, INSEAD (França), e Antai School of Management (Shanghai, China). É Diretor Presidente da Karsten desde 2014, eleito Vice-presidente do Conselho de Administração em 2015. Atualmente também é Diretor Presidente da empresa Têxtil Renauxiew S.A. Foi Presidente da Dudalina e Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão.

12.6 Percentual de participações nas reuniões

Nome	Cargo Eletivo Ocupado	% de Participação
Carlos Odebrecht	Presidente do Conselho de Administração	100%
Armando Cesar Hess de Souza	Vice Pres. C.A. e Diretor Presidente	92%
Rui Leopoldo Hess de Souza	Vice Presidente Conselho de Administração	17%
João Karsten Neto	Conselho de Administração	100%

12.7/8 Composição dos comitês

Não se aplica.

12.9 Existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores

Nome Cargo	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Administrador do emissor ou controlada			
Armando Cesar Hess de Souza Diretor Presidente	351.739.559-53	Karsten S.A.	Irmão ou Irmã (1º grau por consaguinidade)
Pessoa relacionada			
Rui Leopoldo Hess de Souza Vice Presidente do Conselho de Administração	417.763.809-91	Karsten S.A.	

12.10 Relação de subordinação, prestação de serviço ou controle entre administradores e controladas, controladores e outros

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO/E 2020

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de Relação	Tipo de Pessoa Relacionada
Administrador do emissor			
Alvin Rauh Neto	542.590.969-15	Controle	
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	07.640.208/0001-14		Controlada Direta
Administrador			
Administrador do emissor			
Alvin Rauh Neto	542.590.969-15	Controle	
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Karsten Comércio de Serviços de Distribuição Ltda.	09.261.989/0001-61		Controlada Direta
Administrador			
Administrador do emissor			
Alvin Rauh Neto	542.590.969-15	Controle	
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Trucasa Comercial Ltda.	15.319.723/0001-25		Controlada Direta
Administrador			
Administrador do emissor			
Alvin Rauh Neto	542.590.969-15	Controle	
Diretor Comercial			
Pessoa relacionada			
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	16.605.598/0001-82		Controlada Direta
Administrador			
Administrador do emissor			
Armando Cesar Hess de Souza	351.739.559-53	Controle	
Diretor Presidente			
Pessoa relacionada			
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	07.640.208/0001-14		Controlada Direta
Sócio/Administrador			
Administrador do emissor			
Armando Cesar Hess de Souza	351.739.559-53	Controle	
Diretor Presidente			
Pessoa relacionada			
Karsten Comércio de Serviços de Distribuição Ltda.	09.261.989/0001-61		Controlada Direta
Sócio/Administrador			

Karsten S.A. e Empresas Controladas

Proposta da Administração AGO/E 2020

<u>Administrador do emissor</u>			
Armando Cesar Hess de Souza	351.739.559-53	Controle	
Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Trucasa Comercial Ltda.	15.319.723/0001-25		Controlada Direta
Sócio/Administrador			
<u>Administrador do emissor</u>			
Armando Cesar Hess de Souza	351.739.559-53	Controle	
Diretor Presidente			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	16.605.598/0001-82		Controlada Direta
Sócio/Administrador			
<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio L. Bertoldi	745.415.959-15	Controle	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Nordeste Indústria Têxtil Ltda.	07.640.208/0001-14		Controlada Direta
Sócio/Administrador			
<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio L. Bertoldi	745.415.959-15	Controle	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Comércio de Serviços de Distribuição Ltda.	09.261.989/0001-61		Controlada Direta
Sócio/Administrador			
<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio L. Bertoldi	745.415.959-15	Controle	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Trucasa Comercial Ltda.	15.319.723/0001-25		Controlada Direta
Sócio/Administrador			
<u>Administrador do emissor</u>			
Márcio L. Bertoldi	745.415.959-15	Controle	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores			
<u>Pessoa relacionada</u>			
Karsten Comércio Têxtil Ltda.	16.605.598/0001-82		Controlada Direta
Sócio/Administrador			

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(ITEM 13 DA IN CVM Nº 480 DE 07/12/09)

13.1. Descrição da política ou prática de remuneração do conselho da administração, da diretoria não estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração

a. Objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Conselho de Administração: Remuneração mensal e em valor fixo, definida pelo próprio conselho em atenção aos limites estipulados pela AGO/E e percentual variável vinculado ao resultado.

Diretores: Remuneração mensal e em valor fixo, definida pelo Conselho de Administração, em atenção aos limites estipulados pela AGO/E, e percentual variável vinculado ao resultado.

b. Composição da remuneração, indicando

i. Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Conselho de Administração: Honorários mensais fixos na forma de salário e percentual variável vinculado ao resultado.

Diretores: Honorários mensais fixos na forma de salário e percentual variável vinculado ao resultado.

ii. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Em 2017, 2018 e 2019 a remuneração média da Diretoria foi composta de 100% de remuneração mensal fixa e 0,00% na forma de remuneração variável vinculada ao resultado.

iii. Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

A remuneração fixa dos administradores observa as práticas mercadológicas auferidas através de pesquisas direcionadas, conjugadas com os percentuais estipulados pela categoria de classe e os limites estipulados pela Assembleia Geral Ordinária.

A remuneração variável, peculiar à Diretoria e ao Conselho de Administração, vincula-se exclusivamente aos limites estatutários e contratuais.

iv. Razões que justificam a composição da remuneração

Conselho de Administração: A forma de remuneração definida deve refletir às práticas de mercado aplicáveis para esse nível de executivos.

Diretores: Os componentes fixos devem seguir práticas de mercado aplicáveis para esse nível de executivos e os componentes variáveis são fixados com a finalidade de alinhar ação estratégica e resultados pretendidos.

v. A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

Diretores: Não há indicadores de desempenho que são levados em consideração nos elementos da remuneração.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Conselho de Administração: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

Diretores: Não há indicadores de desempenho para este órgão.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Conselho de Administração: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

Diretores: Não há política ou prática de remuneração para este órgão.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Conselho de Administração: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

Diretores: Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Conselho de Administração: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

Diretores: Não há existência ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário, tal como alienação do controle societário do emissor.

13.2. Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Conselho de Administração			
Ano	2017	2018	2019
Membros/ano	3	3	3
Salário (R\$ Mil)	1.225	1.255	1.820
Plano de Saúde (R\$ Mil)	73	65	64
Remuneração/ano (R\$ Mil)	1.298	1.320	1.885

Diretoria			
Ano	2017	2018	2019
Membros/ano	3,58	3,00	3,00
Salário (R\$ Mil)	2.911	3.017	5.140
Plano de Saúde (R\$ Mil)	29	42	64
Remuneração/ano (R\$ Mil)	2.940	3.060	5.204

13.3. Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Não há.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

O presente Plano de Incentivo de Longo Prazo – Opção de Compra de Ações é regido pelas disposições abaixo e pela legislação aplicável.

1. Objetivos do Plano Geral de Opção de Compra de Ações

1.1. O Plano Geral tem por objeto a outorga de opções (“**Opção**” ou “**Opções**”) para a aquisição de ações da Karsten S.A, sociedade anônima inscrita no CNPJ/MF sob 82.640.558/0001-04, com sede no Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, na Rua Johann Karsten, nº 260, Bairro Testo Salto (“**Karsten**” ou “**Sociedade**”), visando a retenção e o reconhecimento do desempenho de determinados administradores da Sociedade (“**Beneficiários**”), além de estimular a expansão, o êxito e os objetivos sociais da Sociedade, alinhados aos interesses de seus acionistas e administradores, permitindo a estes últimos adquirir ações nos termos e condições previstos neste Plano Geral de Opção de Compra de Ações (“**Plano Geral**”).

2. Administração do Plano Geral

2.1. A administração do Plano Geral competirá ao conselho de administração da Karsten.

2.2. Obedecidos os termos e condições do Plano Geral, o conselho de administração terá amplos poderes para:

- a) tomar todas as medidas necessárias e adequadas à administração do Plano Geral, inclusive no que se refere à interpretação, detalhamento e aplicação das normas gerais do Plano Geral ora estabelecidas;
- b) observado o disposto no Plano Geral e as quantidades nele previamente fixadas, outorgar as Opções aos Beneficiários;
- c) estabelecer as normas apropriadas para a outorga da Opção a cada um dos Beneficiários;
- d) modificar os termos e condições das Opções outorgadas, unicamente com o objetivo de adaptá-las a eventuais exigências que vierem a ser feitas por alteração das legislações societárias e/ou fiscal; e,
- e) autorizar os diretores da Sociedade a firmar os Contratos de Opção com os diversos Beneficiários indicados pelo conselho de administração, bem como, quando exercida a Opção pelos mesmos, tomar as medidas para que sejam emitidas novas ações da Sociedade dentro do limite do capital autorizado ou autorizar a alienação de ações em tesouraria para satisfazer o exercício de Opções outorgadas nos termos do Plano Geral.

2.3. No exercício de sua competência, o conselho de administração estará sujeito aos limites estabelecidos em lei e no Plano Geral.

2.4. As Opções outorgadas nos termos do Plano Geral, bem como o seu exercício pelos Beneficiários, não têm qualquer relação nem estão vinculados à sua remuneração, fixa ou variável, ou eventual participação nos lucros.

3. Opções de Compra

3.1. Aspectos Gerais das Opções

3.1.1. As Opções atribuirão ao Beneficiário o direito ao recebimento de um determinado número de ações de emissão da Karsten, conforme detalhado na Cláusula 5 abaixo. O presente Plano Geral permitirá que o conselho de administração da Sociedade aplique um único programa de opção de compra de ações de emissão da Karsten. As Opções serão outorgadas pelo conselho de administração aos Beneficiários até o dia 31 de dezembro de 2014.

3.2. Limite Quantitativo

3.2.1. A outorga de Opções dentro do Plano Geral conferirá direitos sobre um número de ações de emissão da Karsten, observado o limite de 4.806.935 ações ordinárias e 5.556.976 ações preferenciais, mantida sempre a proporcionalidade atual entre as ações ordinárias e as ações preferenciais.

3.3. Prazo de Carência para Exercício das Opções, Percentual de Opções e Vedação Temporária de Negociação

3.3.1. As Opções de compra somente poderão ser exercidas nos seguintes prazos e proporções:

Períodos para aquisição do direito ao exercício das Opções	Prazos de Carência para o Exercício das Opções	Percentual de Opções Liberado para Exercício
Primeiro Período – exercício social de 2016	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2016	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários
Segundo Período – exercício social de 2017	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2017	31,25% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários
Terceiro Período – exercício social de 2019	Até a Assembleia Geral que aprovar as contas relativas ao Exercício Social de 2019	37,50% das Opções outorgadas a cada um dos beneficiários

3.3.2 Os Beneficiários que pretenderem exercer as Opções que lhes foram outorgadas deverão fazê-lo no prazo de até 30 dias após a data das respectivas assembleias gerais da Karsten descritas na Cláusula 3.3.1 acima.

3.3.3 As Opções não exercidas no prazo retro descrito perderão automaticamente sua validade.

3.3.4 Relativamente as ações decorrentes do Plano Geral, nenhum Beneficiário terá quaisquer dos direitos e privilégios de acionista da Sociedade até que a sua Opção seja devidamente exercida.

3.3.5 As ações recebidas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das Opções não poderão ser negociadas com terceiros nos 12 (doze) meses seguintes ao de sua aquisição, de forma que o risco pelo ganho ou perda sobre as ações adquiridas nos termos do Plano Geral será exclusivamente dos Beneficiários.

3.4. Preço no Exercício da Opção

3.4.1. O preço a ser pago para a Sociedade quando do exercício das Opções outorgadas será determinado de acordo com o resultado da aferição do parâmetro de desempenho a seguir descrito, a ser calculado na data do exercício da Opção: soma da ROL de 2014 até o último dia do respectivo período de aquisição do direito, dividido pelo lucro bruto apurado no mesmo intervalo de tempo. O resultado em reais apurado sofrerá um deságio de 20% e será representativo do preço a ser pago por cada lote de 10.000 ações. Exemplificativamente, para o Primeiro Período para aquisição do direito ao Exercício das Opções (Cláusula 3.3.1 acima), relativo ao exercício de 2016, o preço de exercício de Opções referente a 10.000 ações Karsten será calculado da seguinte forma:

- preço de exercício de Opções de 10.000 ações Karsten = $[(ROL\ 2014 + ROL\ 2015 + ROL\ 2016) \div (LB\ 2014 + LB\ 2015 + LB\ 2016)] \times 80\%$

- onde, ROL é igual receita operacional líquida do respectivo exercício social e LB é igual ao lucro bruto apurado no respectivo exercício social.

3.4.2 O preço das Opções deverá ser pago pelo Beneficiário à vista, em dinheiro, e em até 30 dias após o respectivo exercício do direito.

3.5. Forma de Outorga das Opções

3.5.1. A outorga das Opções far-se-á mediante celebração do “Contrato de Opção” e seu exercício far-se-á mediante notificação por escrito enviada pelo Beneficiário à Sociedade, nos termos e condições a serem estabelecidos pelo conselho de administração.

4. Beneficiários

4.1. São elegíveis para participar do Plano Geral os Beneficiários indicados pelo conselho de administração da Karsten.

4.2. Caberá ao conselho de administração a fixação e a distribuição das Opções entre os Beneficiários.

5. Condições para o Exercício das Opções e Quantidade de Ações atribuíveis aos Beneficiários por Período

5.1. A quantidade de ações a que fará jus cada Beneficiário será determinada por períodos, conforme especificado na Cláusula 3.3.1 acima, e o direito ao seu efetivo exercício estará condicionado ao atingimento de determinadas metas, conforme abaixo descrito.

5.1.1 O primeiro período de aquisição compreende o exercício social de 2016. Ao final desse período, os Beneficiários, em conjunto, poderão receber um volume de ações de emissão da Karsten de até 1.502.167 ações ordinárias e de até 1.736.263 ações preferenciais, o que corresponderá a até 31,25% das Opções outorgadas. Os beneficiários farão jus ao direito somente mediante o atingimento das seguintes metas:

a) do total de 31,25%, 10,42% das ações serão concedidas caso o Lucro Antes das Amortizações, Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (EBITDA), apurado no exercício de 2016, seja superior ao valor de R\$ 47.300.000,00 (Quarenta e sete milhões e trezentos mil reais);

b) do total de 31,25%, 10,42% das ações serão concedidas caso se apure que em 31 de dezembro de 2016 a relação da Dívida Líquida da empresa seja inferior ao resultado obtido pela multiplicação de 5,6 vezes o EBITDA gerado no período;

c) do total de 31,25 %, 10,41% das ações serão concedidas caso o índice de satisfação dos funcionários da empresa em 31 de dezembro de 2016 seja de no mínimo 62%, apuração essa que será efetuada segundo o Sistema de Avaliação do SESI/SENAI.

5.1.2 O segundo período de aquisição compreende o exercício social de 2017. Ao final desse período, os Beneficiários, em conjunto, poderão receber um volume de ações de emissão da Karsten de até 1.502.167 ações ordinárias e de até 1.736.263 ações preferenciais, o que corresponderá a até 31,25% das Opções outorgadas. Os beneficiários farão jus ao direito somente mediante o atingimento das seguintes metas:

a.) do total de 31,25%, 10,42% das ações serão concedidas caso o Lucro Antes das Amortizações, Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (EBITDA) seja superior aos valores de R\$ 54.600.000,00 (Cinquenta e quatro milhões e seiscentos mil reais) no exercício social de 2017.

b) do total de 31,25%, 10,42% das ações serão concedidas caso se apure que em 31 de dezembro de 2017 a relação da Dívida Líquida da empresa seja inferior ao resultado obtido pela multiplicação de 4,6 vezes o EBITDA gerado no período de 2017.

c) do total de 31,25%, 10,41% das ações serão concedidas caso o índice de satisfação dos funcionários da empresa, apurado em 31 de dezembro de 2017, seja de no mínimo 64% segundo o Sistema de Avaliação do SESI/SENAI.

5.1.3 O terceiro período de aquisição compreende o exercício social de 2019. Ao final desse período, os Beneficiários, em conjunto, poderão receber um volume de ações de emissão da Karsten de até 1.802.601 ações ordinárias e de até 2.083.515 ações preferenciais, o que corresponderá a até 37,50% das Opções outorgadas. Os beneficiários farão jus ao direito somente mediante o atingimento das seguintes metas:

a) do total de 37,50%, 12,50% das ações serão concedidas caso o Lucro Antes das Amortizações, Juros, Impostos, Depreciações e Amortizações (EBITDA) seja superior aos valores de R\$ 67.000.000,00 (Sessenta e sete milhões de reais) no exercício social de 2019.

b) do total de 37,50%, 12,50% das ações serão concedidas caso se apure que em 31 de dezembro de 2019 a relação da Dívida Líquida da empresa seja inferior ao resultado obtido pela multiplicação de 3,2 vezes o EBITDA gerado no período de 2019.

c) do total de 37,50%, 12,50% das ações serão concedidas caso o índice de satisfação dos funcionários da empresa, apurado em 31 de dezembro de 2019, seja de no mínimo 67% segundo o Sistema de Avaliação do SESI/SENAI.

5.2. Caso as metas acima citadas sejam parcialmente alcançadas, os Beneficiários poderão exercer as Opções nas proporções efetivamente alcançadas. Em qualquer caso, o exercício proporcional das Opções está condicionado ao atingimento mínimo de 75% das metas estabelecidas. Exemplificativamente, para que o Beneficiário tenha direito a proporcionalidade sobre o percentual de que trata a letra “c” da Cláusula 5.1.3 acima deverá ser atingido o percentual mínimo de 50,25%.

5.3. Nenhuma ação de emissão da Sociedade será entregue ao titular em decorrência do exercício da Opção a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

6. Permanência no Cargo

6.1. Nenhuma disposição do Plano Geral conferirá a qualquer Beneficiário direitos concernentes à sua permanência até o término do seu mandato como membro da administração da Sociedade, ou interferirá de qualquer modo com o direito da Sociedade em destituí-lo(a), nem assegurará o direito à sua reeleição para o cargo.

7. Desligamentos

7.1. Na hipótese de desligamento de qualquer beneficiário, por qualquer razão, inclusive por vontade própria ou morte do Beneficiário, perecem automaticamente todos os direitos de exercer as Opções outorgadas e ainda não exercíveis. As Opções de compra já exercíveis na data do desligamento poderão ser exercidas, desde que observado o prazo de 30 (trinta) dias de que trata a Cláusula 3.3.2 acima, perecendo o direito após esse prazo. As Opções outorgadas ao Beneficiário desligado e ainda não exercíveis na data do desligamento serão automaticamente redistribuídas entre os demais beneficiários pelo conselho de administração, hipótese em que as mesmas continuarão sujeitas a todas as cláusulas e condições contidas neste instrumento.

8. Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

8.1. Sendo exercida a Opção no primeiro semestre de um determinado exercício social, as ações correspondentes farão jus a 100% dos dividendos e dos juros sobre o capital próprio relativos ao exercício social em que for exercida a Opção, e sendo exercida a Opção no segundo semestre de um determinado exercício social, as ações farão jus a 50% dos referidos dividendos e juros sobre capital próprio.

9. Disposições Diversas

9.1. Nas hipóteses de dissolução e liquidação da Sociedade, o Plano Geral e as Opções com base nele concedidas serão automaticamente extintas.

9.2. A existência do Plano Geral e das Opções outorgadas não impedirá operações de reorganização societária envolvendo a Sociedade, tais como transformação, incorporação,

fusão e cisão. A assembleia geral e as empresas envolvidas em tais operações deliberarão sobre os ajustes cabíveis por equidade, para proteger os legítimos interesses dos Beneficiários, podendo determinar, mas não limitado a:

- a) a substituição das ações objeto das Opções por ações da empresa sucessora da Sociedade;
- b) a antecipação da aquisição do direito ao exercício das Opções, de forma a assegurar a inclusão das ações correspondentes na operação em questão; e/ou,
- c) a recompra das ações.

9.3. Caso venham a ser feitas modificações na estrutura acionária da Sociedade, envolvendo um desdobramento, grupamento, bonificação em ações, emissão de ações por capitalização de lucros ou reservas, ou modificação semelhante nas ações, o conselho de administração da Karsten deverá ajustar o Plano Geral às modificações ocorridas nas ações objeto das Opções não exercidas pelos seus titulares.

9.4. Cada Beneficiário deverá aderir expressamente, mediante declaração escrita, aos termos do Plano Geral, sem qualquer ressalva.

9.5 Os casos omissos no Plano Geral serão regulados pelo conselho de administração da Sociedade.

9.6 O Plano Geral entrará em vigor na data de sua aprovação pela assembleia geral da Karsten e permanecerá em vigor até que sejam cumpridas todas as disposições nele previstas.

13.5. Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

13.6. Informações sobre opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

Não se aplica.

13.7. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

Não se aplica.

13.8. Informações necessárias para compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7 – Método de precificação do valor das ações e das opções

Não se aplica.

13.9. Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais – por órgão

Não se aplica.

13.10. Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Não se aplica.

13.11. Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho da administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Conselho de Administração			
Ano	2017	2018	2019
Membros/ano	3	3	3
Menor Remuneração (R\$ Mil)	10	10	11
Maior Remuneração (R\$ Mil)	42	44	58
Remuneração/ano (R\$ Mil)	1.298	1.320	1.885
Remuneração Média (R\$ Mil)	36	37	52

Diretoria			
Ano	2017	2018	2019
Membros/ano	3,58	3,00	3,00
Menor Remuneração (R\$ Mil)	52	66	112
Maior Remuneração (R\$ Mil)	97	100	172
Remuneração/ano (R\$ Mil)	2.940	3.060	5.204
Remuneração Média (R\$ Mil)	68	85	145

13.12. Mecanismos de remuneração ou indenização para administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

Não se aplica.

13.13. Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

Conselho de Administração			
Ano	2017	2018	2019
Remuneração total/ano (R\$ Mil)	1.298	1.320	1.885
Rem. - Partes Relacionadas/ano (R\$ Mil)	1.298	1.320	1.885
Percentual - Partes Relacionadas	100%	100%	100%

Diretoria			
Ano	2017	2018	2019
Remuneração total/ano (R\$ Mil)	2.940	3.060	5.204
Rem. - Partes Relacionadas/ano (R\$ Mil)	2.940	3.060	5.204
Percentual - Partes Relacionadas	100%	100%	100%

13.14. Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

Não se aplica.

13.15. Remuneração dos administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

Conselho de Administração			
Ano	2017	2018	2019
Salário / Pró-labore / Ano	1.225	1.255	1.820
Rem. Variável/ Participação nos resultados	-	-	-

Diretoria			
Ano	2017	2018	2019
Salário / Pró-labore / Ano	2.911	3.017	5.140
Rem. Variável/ Participação nos resultados	-	-	-

13.16. Outras informações relevantes

Não se aplica.

Proposta de Inclusão de Objeto Social da Companhia

A administração sugere que seja incluso no objeto social da Companhia a comercialização de artigos de uso doméstico.

Proposta de Alteração do Estatuto Social

A administração sugere que seja alterada a cláusula “34-g” do estatuto social afim de, possibilitar que as procurações relacionadas ao departamento pessoal possam ser assinadas isoladamente e se assim especificado.

Proposta de Consolidação do Estatuto Social

A administração sugere consolidar o estatuto social para fazer constar as redações relacionadas as deliberações acima.